



**ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA:  
UMA CULTURA DE RESISTÊNCIA**

**NURSING CARE FRONT OBSTETRIC VIOLENCE: A CULTURE OF  
RESISTANCE**

**FRENTE DE CUIDADOS DE ENFERMERÍA VIOLENCIA OBSTÉTRICA:  
UNA CULTURA DE RESISTENCIA**

BRUNA ALTINO RODRIGUES<sup>1</sup>; JOSÉ ANDERSON ALVES DINIZ<sup>2</sup>; LEANARA GOMES DA SILVA<sup>3</sup>; MAURÍCIO MERCE DA SILVA<sup>4</sup>; RODRIGO AVELAR REIS SA<sup>5</sup>; HIGO JOSÉ NERI DA SILVA<sup>6</sup>

Faculdade de Tecnologia de Teresina – CET<sup>1,2,3,4,5,6</sup>; Rede Nordeste de Biotecnologia – RENORBIO<sup>6</sup>; Universidade Federal do Piauí – UFPI<sup>6</sup>

## **1 INTRODUÇÃO**

A gravidez, o parto e o puerpério são considerados mais do que eventos biológicos que ocorrem nos corpos femininos, são eventos sociais, que envolvem a gestante, sua família e a comunidade (BRASIL, 2001). O momento do parto é algo magnífico na vida de uma mulher, sendo considerado uma transição para uma nova fase. Esse período é transposto por infinitas dúvidas e medos, e em muitos casos, a mulher pode se sentir sozinha e vulnerável. Ao longo dos séculos as mulheres vêm sendo vítimas de inúmeras formas de violência. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (1996), violência é a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis. Nessa perspectiva, evidencia-se a violência obstétrica como um tipo específico de violência, e ainda mais violência contra a mulher (ZANARDO, 2017).

Segundo García, Diaz e Acosta (2013), uma condição muito frequente entre as gestantes é a falta de informação e o medo de perguntar sobre os procedimentos que irão ser realizados na evolução do trabalho de parto. Esse contexto pode levá-las a se conformarem com a exploração de seus corpos por diferentes pessoas, aceitando diversas situações incômodas sem protestar. Segundo a OMS (2014), grávidas do mundo todo enfrentam abusos, negligência, desrespeito e maus-tratos no decorrer do processo de parto nas instituições de saúde. Essa realidade cotidiana e cruel revela uma grave violação dos direitos humanos e direitos das mulheres (MUNIZ & BARBOSA, 2012).

Nesse sentido, este trabalho de propõe a analisar qual o posicionamento e a assistência da de enfermagem ao se deparar com situações de violência obstétrica e como lidar com essa cultura de resistência em si falar e denunciar tais atos.

## **2 METODOLOGIA**

Trata-se de estudo de revisão bibliográfica que, segundo Fogliatto (2007), se caracteriza por reunir ideias oriundas de diferentes fontes, visando construir uma nova teoria ou uma nova forma de apresentação para um assunto já conhecido. No trabalho, adotou-se a revisão narrativa. A busca na literatura foi realizada a partir de uma busca eletrônica das publicações nas bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Base de dados de Enfermagem (BDENF)

e na biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), publicados nos últimos 10 anos.

Foram excluídos materiais que não convergiam com o objeto de estudo proposto, além das publicações que se repetiram nas bases de dados da biblioteca virtual.

Por tratar-se de uma revisão de literatura, o presente estudo não necessita de submissão ao Comitê de Ética, e à Plataforma Brasil, pois não se adéqua às demandas da resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A violência obstétrica também se evidencia quando a mulher perde o poder de escolha. No caso da cesárea sem verdadeira necessidade, a mulher não é informada dos benefícios do parto vaginal, e acaba optando pelo mesmo. A literatura relata que as gestantes possuem um certo medo em relação ao parto normal, e isso tem que ser desmistificado, pois o parto normal tem muitos benefícios.

Os partos cesários não possuem benefícios em sua maioria para as mulheres gestantes, mas sim benefícios para com o médico e de sua equipe, para que seu trabalho mais acelerado (DIAS e AIDAR). Os principais tipos de violência são: (i) episiotomia; (ii) partos cesários; (iii) o uso de ocitocina; (iv) manobra de Kristeller; (v) tratamentos desrespeitosos (Leal et al., 2014).

O número de intervenções de acordo com os dados disponíveis é considerado exagerado, e as mesmas não encontram respaldo científico para realização das mesmas. Além disso, inúmeras dessas práticas são associadas a risco de complicações, são dolorosas e seu uso é considerado desnecessário, como é o caso da episiotomia (Leal et al., 2014).

### **4 CONCLUSÃO**

A violência contra a mulher existe de diferentes formas, e a violência obstétrica é uma delas. Poucos estudos são realizados sobre essas práticas, a partir dos já publicados, é percebido que essa prática é frequente. Contudo, se faz necessário a criação de políticas públicas voltadas para essa situação de forma específica, para que assim essas ocorrências sejam tratadas com uma holística diferente.

### **5 REFERÊNCIAS**

DIAS, M.C.D; AIDAR, A.M. **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL**. Disponível em: [VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL \(1\) resumo.pdf](#), acesso em 18 de nov de 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Caderno HumanizaSUS, vol. 4. Brasília, 2014.

ZANANDO, G.L.P; URIBE, M.C; NADAL, A.H.R; HABIGZANG, L.F. **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.